

**ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE Nº 214/2018 REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2018 NO AUDITÓRIO EVARISTO GARCIA LOCALIZADO NA AVENIDA AFONSO PENA, 2336 – FUNCIONARIOS.**

1 Ao vigésimo sétimo dia do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 14h, no  
2 Auditório Conselheiro Evaristo Garcia - Av. Afonso Pena, 2336, Pilotis –  
3 Funcionários, foi realizada a ducentésima décima quarta reunião extraordinária  
4 do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte (CMSBH), com as  
5 presenças constantes ao final desta ata. A presidenta do CMSBH, Carla  
6 Anunciatta de Carvalho, inicia a reunião dando boas-vindas aos presentes e  
7 convidando Bruno Abreu Gomes, Valdir Ribeiro e Tatiane Caetano para  
8 comporem a mesa. Tatiane, segunda secretária do CMSBH, defende que os  
9 candidatos à presidência do Brasil defendam o SUS e se comprometam com a  
10 revogação da EC 95. Bruno, secretário geral solicita a ajuda dos conselheiros e  
11 conselheiras para mobilizar pessoas para irem à Plenária de Conselhos de  
12 Saúde, no dia 04 de outubro, para que os candidatos assumam seu  
13 compromisso com o SUS. Valdir, primeiro secretário, parabeniza os  
14 conselheiros e conselheiras pela presença e pela luta em defesa do SUS. Carla  
15 informa que a plenária atinge o quórum necessário. Carla então passa à posse  
16 dos conselheiros e conselheiras que não vieram na reunião do dia 06 de  
17 setembro de 2018. Tomam posse Andréa Maria Silveira, titular representante  
18 de hospitais públicos, e Diva Moreira, suplente e representante dos  
19 Movimentos Sociais Populares Organizados. Carla abre para os informes  
20 gerais. O Conselheiro Municipal de Saúde, José Gilson Guedes, informa que  
21 na segunda-feira houve uma reunião com a Secretaria Municipal de Saúde de  
22 Belo Horizonte em que foi informada sobre a construção de uma Unidade de  
23 Pronto Atendimento (UPA) na Regional Pampulha. O Conselheiro Municipal de  
24 Saúde, Welson Alexandre Santos, informa que assumiu a coordenação da  
25 Câmara Técnica de Gestão da Força do Trabalho (CTGFT) do CMSBH, mas  
26 ressalta que gostaria de mais participação de usuários. Ele também informa  
27 que a CTGFT recebeu denúncias sobre defasagem de profissionais em alguns  
28 centros de saúde da cidade, incluindo no SAMU. Welson também informa que  
29 a CTGFT visitará o Centro de Saúde São Cristóvão amanhã (28/09). A  
30 Conselheira Municipal de Saúde, Ester Barbosa Silva, pede que os presentes  
31 fiquem atentos e votem conscientes nas Eleições 2018. Ester também  
32 recomenda que as reuniões das Câmaras Técnicas aconteçam em horários  
33 que permitam uma maior participação de conselheiros (as). Maria das Graças  
34 do Nascimento fala que o índice de absenteísmo nos serviços de saúde tem  
35 aumentado. O Conselheiro Municipal de Saúde, José Geraldo da Cruz, sugere  
36 que a Secretaria Municipal de Saúde apresente de seis em seis meses sobre o  
37 que ela tem feito para o SUS-BH. O Conselheiro Municipal de Saúde, William  
38 de Sá, parabeniza a Mesa Diretora pela vitória na eleição. Bruno Abreu Gomes,  
39 secretário geral do CMSBH, relembra sobre a renovação dos conselheiros das  
40 UPAs, que é de responsabilidade do Conselho Distrital a eleição desses  
41 conselheiros e conselheiras. Bruno também informa que semana passada o  
42 Hospital Risoleta Tolentino Neves completou 20 anos. Ele também informa a  
43 mobilização para o Curso de Qualificação de Conselheiros e Conselheiras,  
44 promovido pelo Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, que ocorrerá  
45 dias 08, 09, 17, 18 e 19 de outubro, na Escola de Saúde Pública de Minas  
46 Gerais. Bruno informa que o Conselho nacional de Saúde aprovou o

47 Regimento da 16ª Conferência Nacional de Saúde e que na próxima plenária  
48 irá trazer o regimento para a 15ª Conferência Municipal de Saúde de Belo  
49 Horizonte. Carla Anunciatta de Carvalho, presidenta do CMSBH, informa que,  
50 na Câmara Técnica de Financiamento, apresentou um histórico do  
51 financiamento do SUS para os membros. Ela convida para a Plenária de  
52 Conselhos de Saúde, com a participação dos candidatos e candidatas a  
53 Deputado Estadual e Deputado Federal, no dia 04 de outubro, às 13h30, na  
54 Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Carla  
55 também informa que o CMSBH realizará uma Plenária das Crianças, ainda  
56 sem data definida. Carla também convida para o ato Mulheres contra o  
57 Fascismo, que será realizado em 29 de setembro de 2018, com concentração  
58 às 12h. Valdir Ribeiro, primeiro secretário, informa que visitou Ribeirão das  
59 Neves, acompanhando Wanderson Araújo, coordenador técnico de  
60 contabilidade do CMSBH, que proferiu palestra sobre a Portaria 3.992 de 2017  
61 e o financiamento do SUS. Tatiane Caetano, segunda secretária, informa que a  
62 SMSA iniciou um processo de promoção de saúde nas instituições de longa  
63 permanência para idosos, realizando várias atividades com os usuários,  
64 incluindo oficinas de saúde bucal. Carla propõe uma inclusão de pauta:  
65 apresentação pela Gerência de Atenção Primária à Saúde sobre a proposta de  
66 Credenciamento de Equipes de Saúde Bucal e Estratégia de Saúde da Família.  
67 Em regime de votação, por unanimidade a plenária aprova a inclusão. Adriana  
68 Ferreira Pereira, Gerente de Atenção Primária à Saúde, relata que apresentou  
69 a proposta nas duas câmaras técnicas (Controle, Avaliação e Municipalização  
70 e Gestão da Força de Trabalho) e esclarece que não é um incremento de  
71 equipes, mas apenas credenciamento das já existentes. Segundo Adriana,  
72 serão credenciadas junto ao Ministério da Saúde 10 Equipes para o Programa  
73 de Saúde da Família (ESF), modalidade II; 418 Agentes comunitários de Saúde  
74 (ACS) e 41 Equipes de Saúde Bucal (ESB), modalidade I. O Conselho  
75 Municipal de Saúde e coordenador da CTCAM, José Gilson Guedes, passa à  
76 leitura do Parecer. Parecer da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e  
77 Municipalização n.º 211/2018. Belo Horizonte, 27 de setembro de 2018. No dia  
78 24/09/2018 os membros da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e  
79 Municipalização reuniram-se na sala de reunião do Conselho Municipal de  
80 Saúde de Belo Horizonte (CMS-BH), situada à Av. Afonso Pena, 2336 – Pilotis  
81 – Funcionários, BH/MG, para apreciarem a Solicitação de Credenciamento de  
82 equipes de Saúde da Família e equipes de Saúde Bucal. A gerente da Atenção  
83 Primária à Saúde, Adriana Ferreira Pereira, apresentou a proposta e  
84 esclareceu dúvidas dos presentes. Serão credenciadas junto ao Ministério da  
85 Saúde 10 Equipes para o Programa de Saúde da Família (ESF), modalidade II;  
86 418 Agentes comunitários de Saúde (ACS) e 41 Equipes de Saúde Bucal  
87 (ESB), modalidade I, em conformidade com as orientações da Nota Técnica  
88 003/2018 da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais. Após  
89 análise e discussão das solicitações, a Câmara Técnica de Controle, Avaliação  
90 e Municipalização recomenda ao plenário a aprovação da referida proposta.  
91 José Gilson Guedes. Coordenador da Câmara Técnica de Controle, Avaliação  
92 e Municipalização. Conselho Municipal de Saúde – CMS/BH. Após Gilson,  
93 Welson Alexandre Santos, coordenador da Câmara Técnica de Gestão da  
94 Força de Trabalho, passa à leitura do parecer da CTGFT. Parecer da Câmara  
95 Técnica de Gestão da Força de Trabalho n.º 212/2018.  
96 Belo Horizonte, 27 de setembro de 2018. No dia 27/09/2018 os membros da

97 Câmara Técnica de Gestão da Força de Trabalho reuniram-se na sala de  
98 reunião do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte (CMS-BH), situada  
99 à Av. Afonso Pena, 2336 – Pilotis – Funcionários, BH/MG, para apreciarem a  
100 Solicitação de Credenciamento de equipes de Saúde da Família e equipes de  
101 Saúde Bucal. A gerente da Atenção Primária à Saúde, Adriana Ferreira  
102 Pereira, apresentou a proposta e esclareceu dúvidas dos presentes. Serão  
103 credenciadas junto ao Ministério da Saúde 10 Equipes para o Programa de  
104 Saúde da Família (ESF), modalidade II; 418 Agentes comunitários de Saúde  
105 (ACS) e 41 Equipes de Saúde Bucal (ESB), modalidade I, em conformidade  
106 com as orientações da Nota Técnica 003/2018 da Secretaria Estadual de  
107 Saúde de Minas Gerais. Após análise e discussão das solicitações,  
108 a Câmara Técnica de Gestão da Força de Trabalho orienta ao plenário a  
109 aprovação da referida proposta, com as seguintes recomendações: a) Os  
110 recursos oriundos destes credenciamentos sejam aplicados, essencialmente,  
111 na composição plena das equipes da Atenção Básica que, atualmente estão  
112 descobertas. b) As informações detalhadas das aplicações destes recursos  
113 sejam disponibilizadas junto ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior  
114 (RDQA). Welson Alexandre Santos. Coordenador da Câmara Técnica de  
115 Gestão da Força de Trabalho. Conselho Municipal de Saúde – CMS/BH. Bruno  
116 indaga sobre a existência de equipes de ESF que estão quadro de profissionais  
117 incompleto. Adriana esclarece que o processo de reposição já está em  
118 andamento e que estão realizando um estudo geral sobre as necessidades da  
119 APS do SUS-BH. Carla coloca em regime de votação e os Pareceres da  
120 CTCAM e da CTGFT foram aprovados. Carla coloca a Ata da 266ª Plenária  
121 Ordinária em votação, que é aprovada pela plenária. Começa agora a  
122 discussão sobre a Plataforma de Eleição do CMSBH (Carta em Defesa do SUS  
123 e da Democracia), ressaltando a importância da revogação da EC 95 (que  
124 congela investimento em Saúde e Educação) e o envio de emendas  
125 parlamentares ao SUS. Tatiane Caetano passa à leitura da Carta de  
126 Compromissos em defesa do SUS e da Democracia. Carta de Compromissos  
127 em Defesa do SUS e da Democracia. O Conselho Municipal de Saúde de Belo  
128 Horizonte (CMSBH), expressão do Controle Social na Saúde e da Democracia  
129 Participativa, componente estrutural do Sistema Único de Saúde (SUS) em Belo  
130 Horizonte, faz um chamamento geral a eleitores e eleitoras e à sociedade pela  
131 defesa e fortalecimento do SUS. Para isso, apresentamos a candidatos e  
132 candidatas parlamentares a seguinte Carta de Compromissos para as Eleições  
133 de 2018: 1)Defesa intransigente da Saúde como um direito social fundado nos  
134 princípios da universalidade, equidade e integralidade, que deve garantir o  
135 acesso aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, conforme  
136 a Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988. 2)Defesa de  
137 financiamento permanente, justo e adequado para a saúde com a revogação  
138 da Emenda Constitucional 95/2016 do “teto de gastos”, que asfixia por 20 anos  
139 e fere de morte o SUS e outras políticas sociais. 3)Aprovação do Projeto de Lei  
140 Popular 321/13, fruto do Movimento Saúde + 10 que recolheu 2,2 milhões de  
141 assinaturas para garantir a aplicação pela União de montante igual ou superior  
142 a dez por cento de suas receitas correntes brutas em ações e serviços públicos  
143 de saúde. 4)Auditoria Cidadã da Dívida Pública para evitar que parte  
144 substancial dos orçamentos do Estado e do Governo Federal continue sendo  
145 desviada para infundáveis pagamentos de juros e amortizações da dívida que  
146 prejudicam o povo brasileiro em favor de rentistas e de banqueiros. 5)Luta pela

147 aplicação de 12% das receitas do orçamento do Estado em Saúde, em respeito  
148 à Emenda Constitucional 29, de 13 de setembro de 2000, e à Lei  
149 Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012. 6) Garantia do envio de Emendas  
150 Parlamentares para os serviços próprios do SUS e, prioritariamente, para a  
151 Atenção Primária em Saúde e para serviços estratégicos apontados pela  
152 gestão do SUS e pelo controle social. 7) Atuação parlamentar contra os ataques  
153 promovidos por iniciativas que rompem a universalidade e a integralidade do  
154 SUS, como os “planos populares de saúde”, a desestruturação da atenção  
155 básica com a nova Política Nacional de Atenção Básica, a fragilização do  
156 acesso à saúde e aos medicamentos, o retrocesso na política de saúde mental,  
157 o enfraquecimento da Vigilância em Saúde e a precarização da graduação em  
158 saúde por meio do Ensino à Distância (EaD). 8) Valorização de trabalhadores e  
159 trabalhadoras da saúde, combatendo a precarização, a terceirização e a  
160 flexibilização das relações de trabalho, para melhorar a qualidade da  
161 assistência em saúde e favorecer a democratização das relações de trabalho  
162 prejudicadas pela Reforma Trabalhista. 9) Fortalecimento do SUS como política  
163 pública inserida num projeto de nação que tenha como pilares a democracia, a  
164 soberania nacional, o desenvolvimento econômico e ambiental sustentável, e  
165 as liberdades civis e políticas. 10) Erradicação das desigualdades contra as  
166 populações negra, quilombolas, indígenas, LGBT, das zonas rurais, ribeirinhas,  
167 favelas, ocupações, bem como contra as pessoas idosas, com deficiências,  
168 patologias, sofrimento mental e em situação de rua. 11) Defesa Intransigente da  
169 Democracia e da participação popular, contra qualquer mudança na Constituição  
170 Federal que retire os direitos sociais conquistados. 12) Defesa Intransigente do  
171 Controle Social estabelecido na Lei Federal 8.142/90 por meio de Conferências  
172 e Conselhos de Saúde como instâncias deliberativas sobre a política de saúde.  
173 Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte. 27 de setembro de 2018. O  
174 conselheiro municipal de Saúde, Willer Marcos Ferreira, defende devemos  
175 alinhar com a resolução do Conselho Nacional de Saúde. Ele também defende  
176 que seja incluída a palavra “Conferência” no item 10. Welson Alexandre  
177 Santos, conselheiro municipal de saúde, defende a alteração do item 7 para  
178 melhorar a redação. Kátia Magalhães de Almeida Silva, conselheira municipal  
179 de saúde, defende que seja retirado o termo “preferencialmente” do item 5.  
180 Bruno Abreu Gomes, secretário geral, relembra o Movimento Saúde +10, que  
181 arrecadou 2,2 milhões de assinaturas para garantir a aplicação pela União de  
182 um monte de igual ou superior a dez por cento de suas receitas recentes brutas  
183 em ações e serviços de saúde. Informa também que a Câmara Técnica de  
184 Financiamento estudou a EC 86 e concluiu que o CNS não é contra que os  
185 Conselhos Municipais busquem emendas parlamentares e existe uma lei que  
186 obriga os deputados a enviarem emendas para a saúde. Bruno informa que  
187 inúmeras emendas de parlamentares estavam indo para hospitais filantrópicos  
188 e clínicas que conveniadas com o SUS, mas que devemos cobrar que venham  
189 para serviços próprios do SUS-BH. A Conselheira Municipal de Saúde, Eliane  
190 Martins Maia, fala que as emendas parlamentares são importantes para que as  
191 inclusões feitas pelo CMSBH no Plano Municipal de Saúde sejam realizadas,  
192 uma vez que, por exemplo, a construção de 82 centros de saúde custaria um  
193 elevado montante. O Conselheiro Municipal de Saúde, José Gilson Guedes,  
194 solicitou a inclusão da revogação da nova Política Nacional de Atenção Básica  
195 (PNAB). Diva Moreira, Conselheira Municipal de Saúde, relembra o grande  
196 rombo do dinheiro público no pagamento dos dividendos da dívida pública,

197 além do sonegamento fiscal recorrente. Ela sugere citar os princípios do SUS  
198 no item 1 e melhorara a redação do item 8. Maurício Vitor Amaral, conselheira  
199 municipal de saúde, defende o oferecimento do serviço de hemodiálise público.  
200 Bruno Abreu Gomes, secretário geral, lista as alterações consensuais  
201 propostas pelos conselheiros e conselheiras: Inclusão da auditoria cidadã da  
202 dívida pública; inclusão dos princípios do SUS no item 1; acrescentar a  
203 referência da Lei Complementar 141/2012; inclusão da revogação da nova  
204 PNAB; modificar a última frase do item 7 para “favorecendo a democratização  
205 das relações de trabalho, prejudicadas na reforma trabalhista que piorou a  
206 qualidade da assistência à saúde da população”; no item 8 modificar para  
207 “populações historicamente colocadas em vulnerabilidade”; acrescentar a  
208 palavra “conferência” no item 10; item 9 mudar o final para “contra qualquer  
209 mudança na Constituição que retire os direitos sociais conquistados na  
210 redemocratização do país”. Em regime de votação, as referidas propostas são  
211 aprovadas por unanimidade. Willer Marques Ferreira, conselheiro municipal de  
212 saúde, defende que as emendas parlamentares não estejam na carta de  
213 compromissos. Em regime de votação para decidir se mantém ou se retira as  
214 emendas parlamentares, a plenária aprova a permanência na carta de  
215 compromissos. Bruno, Maurício e Kátia em consenso formularam a proposta  
216 “Garantia do envio de emendas parlamentares para os serviços próprios do  
217 SUS e, prioritariamente, para a Atenção Primária à Saúde e para serviços  
218 estratégicos apontados pela gestão do SUS e pelo controle social”. Em regime  
219 de votação, essa proposta é aprovada por unanimidade. Carla passa para a  
220 última pauta: representação dos conselheiros em conselhos hospitalares,  
221 comissões e conselho municipal de saneamento. Carla abre para a plenária e  
222 para quem se interessar nas vagas dos conselhos hospitalares. Os Conselhos  
223 Hospitalares serão compostos da seguinte forma: Valéria Nascimento para o  
224 Conselho Hospitalar do Hospital João Paulo II, Hospital Metropolitano Odilon  
225 Behrens e Hospital Eduardo de Menezes; Elias Bernardo Silva para o Hospital  
226 Metropolitano Doutor Célio de Castro; Eliane Martins Maia para o Hospital da  
227 Baleia; Maurício Amaral para o Hospital das Clínicas da UFMG; José Lopes  
228 Lino para o Hospital Metropolitano Odilon Behrens; Carolina Giovanni Pereira e  
229 William de Sá para o Hospital Sofia Feldman; Sheila Gomes de Souza Reis  
230 para Hospital Risoleta Tolentino Neves; João Natividade para Hospital Julia  
231 Kubitschek; José Lopes Lino para Santa Casa de BH. Para a Comissão  
232 Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) se  
233 candidataram Elias Bernardo Silva e Eliane Martins Maia. Para a Comissão  
234 Municipal de Reforma Psiquiátrica se candidataram Diva Moreira e Willer  
235 Marques Ferreira. Carla Anunciatta encerra a plenária. **Estiveram presentes:**  
236 Alex Sander Ribas, Ana Paula Ferreira, Andréa Maria Silveira, Bruno Abreu  
237 Gomes, Carla Anunciatta de Carvalho, Carolina Giovannini Pereira, Cleber das  
238 Dores de Jesus, Eliana Martins Maia, Ester Barbosa da Silva, João da  
239 Natividade Medeiros, José Gilson Guedes Moreira, Kátia Magalhães Almeida  
240 Silva, Magali Gomes Pinto, Maura de Lourdes Canella, Renata Nunes  
241 Medeiros, Tatiane Caetano, Valdir Ribeiro de Almeida, Willer Marcos Ferreira,  
242 Tarcísio Rodrigues Lemos, Valéria da Cruz Nascimento, Welson Alexandre  
243 Santos, Roberto Blasis, Valdecir Alexandre de Aguiar, Rafael Silva Dornelas,  
244 José Geraldo da Cruz, Alex Sander Sena Peres, Diva Moreira, Mara Christina  
245 Pimentel, Saul Francisco Odorico, Sheila Gomes de Souza Reis, Elias  
246 Bernardo Silva, Vanessa Barreiras Freire, Willian de Sá. **Justificaram:**

247 Adalberto Evangelista de Azevedo, Antônio Carlos dos Santos, Fernanda  
248 Nolasco da Silva, Maria Carmem Faleiro, Maria Gabrielle de Lima Rocha,  
249 Mônica da Conceição, Lucimar Rodrigues Fonseca. Às 18h foi encerrada a  
250 reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será  
251 assinada pela Presidenta e pelo Secretário Geral do Conselho Municipal de  
252 Saúde. Belo Horizonte, 27 de setembro de 2018. GLA.